



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DISCIPLINA MISTA: UMA EXPERIÊNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO

JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES¹

RESUMO:

Este trabalho apresenta a experiência da curricularização da extensão por meio da incorporação de atividades extensionistas na disciplina obrigatória “Introdução ao Serviço Social”, do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes. Apesar dos desafios, a experiência tem sido positiva tanto para discentes como para as instituições parceiras. Espera-se com este relato contribuir para o debate acerca desta modalidade no âmbito da formação profissional.

Palavras-chave: Disciplina mista, ação extensionista, Serviço Social

ABSTRACT:

This project presents the experience of introducing extension activities in the obligatory discipline called “Introduction to the Social Service” of Universidade Federal Fluminens/ Campos dos Goytacazes. Despite all challenges, the experience has been giving good results, not only for the students but also for the institutional partners. In conclusion, this report aims to contribute to the debate about this modality in forming professionals.

Keywords: Mixed discipline, extension action, Social Service

¹ Universidade Federal Fluminense

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as primeiras experiências do processo de curricularização da extensão que tem se dado no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional em Campos dos Goytacazes-RJ, por meio da oferta de uma disciplina mista.

A incorporação da curricularização da extensão no curso de Serviço Social aconteceu no momento em que seu corpo docente estava trabalhando na reforma curricular, buscando atualizar o processo de formação profissional a partir das orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) decorrentes do avanço da produção teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social.

Assim, em dezembro de 2020, foi constituído o Grupo de Trabalho para elaboração de propostas para a curricularização da extensão no curso de graduação em Serviço Social de Campos dos Goytacazes, cujo a proposta final aprovada pelo Departamento, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) compôs o novo currículo. Dentre as propostas estava a incorporação de ações extensionistas em alguns componentes curriculares como disciplinas obrigatórias, optativas e/ou eletivas, transformando-as em disciplinas mistas. Nestas, 20% da carga horária total de ensino seriam destinadas a ação extensionista, ocorrendo para isso, a alteração das suas ementas e/ou dos objetivos. A disciplina de “Introdução ao Serviço Social”, ofertada aos alunos ingressantes, foi uma delas.

Portanto, este artigo visa refletir sobre a experiência de implementação desta disciplina a fim de contribuir para o amadurecimento das reflexões e experiências de curricularização da extensão no âmbito dos cursos de Serviço Social.

2 DESENVOLVIMENTO

A extensão universitária no Brasil teve suas primeiras experiências isoladas nas décadas de 1920 e 1930, sendo que sua institucionalização ocorreu na década de 1970 por meio da primeira Política de Extensão (1975) e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária que, de acordo com Imperatore e Pedde (2015, p. 5), apresentavam as seguintes inovações:

a) mudança/ampliação do público atendido pela ação extensionista: organizações, outras instituições e populações de um modo geral (descolando-se da clientela historicamente

atendida); b) estabelecimento da relação ensino-pesquisa-extensão; c) instituição da relação dialógica universidade-sociedade através das trocas entre o saber acadêmico e o saber popular (em oposição ao autoritarismo até então verificado); d) ampliação do rol de atividades de Extensão: cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados 6 de pesquisas, projetos de ação comunitária; participação docente e discente no desenvolvimento das atividades extensionistas.

Contudo, foi a partir da década de 1980 que as discussões acerca da ação extensionista foram capitaneadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária Públicas, se fundamentando nos seguintes aspectos: função social da universidade; conciliação de objetivos acadêmicos e comunitários; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; caráter interdisciplinar das ações; reconhecimento do saber popular e; necessidade de financiamento estatal da ação extensionista (Imperatore e Pedde, 2015).

Estes elementos permaneceram na Política Nacional de Extensão aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em 2012, que passou a compreender a extensão como um “processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade [...]” (Forproex, 2012). Além disso, tal política previa a universalização da extensão, por meio da obrigatoriedade dos cursos de graduação ofertarem 10% de sua carga horária como ação extensionista, integrando a extensão à dinâmica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, promovendo a superação das estruturas rígidas dos cursos e propondo uma flexibilização curricular calcada no compromisso social e na responsabilidade ético-política das universidades com a sociedade (Forproex, 2012).

No entanto, foi com a aprovação da Resolução CNE/CES nº 7/2018 e do Parecer CNE/CES nº 48/2020 que a curricularização começou a ser implementada pelas universidades. Nesta direção, a Universidade Federal Fluminense aprovou a resolução CEPEX/UFF nº 567, de 24 de novembro de 2021, que dispõe sobre a regulamentação e incorporação da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Neste documento, são consideradas ações extensionistas, os programas, projetos, cursos e oficinas que envolvem diretamente a comunidade externa à instituição de ensino. Além disso, em seu Art. 6º está previsto a incorporação da ação extensionista nos componentes curriculares previstos no projeto pedagógico dos cursos sobre a forma de disciplina obrigatória, optativa e/ou eletiva, desde que evidencie o processo de interação dialógica da comunidade acadêmica e a sociedade em geral e que contemple o protagonismo do estudante e dos grupos sociais na sua execução.

Diante disso, o curso de Serviço Social da UFF, em Campos dos Goytacazes-RJ, em sua reforma curricular que culminou na implementação do novo currículo no ano de 2023, incorporou a extensão em algumas de suas disciplinas obrigatórias e optativas, sendo a primeira experiência ocorrendo na disciplina obrigatória “Introdução ao Serviço Social”.

Assim, no próximo item iremos relatar e analisar as primeiras experiências deste processo, ocorridas no segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024, com ingressantes no curso. Em cada semestre foi realizada uma ação extensionista com a participação de aproximadamente 35 alunos inscritos e frequentes na disciplina.

2.1 – Relatos das primeiras experiências da ação extensionista

No processo de curricularização da extensão, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) produziu o documento “Curricularização da Extensão e Serviço Social”, em que destaca que as diretrizes legais da extensão devem ser pensadas em conjunto com o projeto ético-político da profissão. Neste sentido, referenda uma concepção de “extensão popular, comunicativa e orientada para processo de uma educação emancipadora” (ABEPSS, 2023, p.29), na medida em que tal compreensão:

Reforça no âmbito da formação e do exercício profissional a construção de espaços articulados à realidade social e que favorecem os princípios formativos referidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e, que podem contribuir no desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos discentes em diferentes dimensões: planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população favorecendo também a capacidade de formulação de respostas sociais da própria profissão. (ABEPSS, 2023, p.29)

O referido documento também considera que esta ação deve ser encarada como trabalho social por se constituir a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem a transformação social.

A partir destas orientações, para pensar a incorporação das ações extensionistas na disciplina “Introdução ao Serviço Social” algumas diretrizes foram elencadas, a saber: propor atividades que dialogassem com os objetivos e os conteúdos da disciplina; que houvesse o protagonismo dos discentes na proposição e execução das atividades; que as ações fossem uma resposta à uma determinada demanda da comunidade e que pudessem contribuir para a transformação social. Além disso, precisaria ser observado o fato de a disciplina ser oferecida

para os alunos ingressantes, portanto em um momento que estão tendo o primeiro contato com a universidade e com o curso.

Considerando que um dos objetivos da disciplina é “Compreender o Serviço Social contemporâneo a partir das dimensões éticas, políticas, culturais e organizacionais da profissão, considerando os desafios apresentados a partir da interface entre classe, raça e gênero nas determinações da Questão Social”, construímos uma metodologia em que primeiramente abordamos os elementos que fundam e orientam a profissão, como Questão Social, Política Social e Projeto Ético-Político, bem como o processo histórico de constituição da profissão no Brasil, para então adentrar na proposição de uma ação extensionista.

No entanto, cabe destacar que por ser uma disciplina destinada aos ingressantes, introduzimos o conteúdo teórico da disciplina tardiamente, pois os alunos vão sendo inseridos conforme as chamadas do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Assim, enquanto a turma vai sendo formada, trabalhamos temas relacionados à inserção e permanência na universidade e a forma como a UFF e o curso de Serviço Social estão organizados. Este momento tem se mostrado de grande importância, pois não apenas permite aos ingressantes tomarem conhecimento das oportunidades que a universidade pública tem a oferecer, mas sobretudo, permite que se compreendam criticamente neste espaço, reforçando o compromisso com a defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Além disso, refletimos sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, suas formas de fomento e as bolsas institucionais que os alunos podem pleitear. Isso tem produzido dois movimentos importantes: o primeiro é o de se constituir como uma discussão introdutória sobre a dimensão extensionista na disciplina e o segundo, é de que tem possibilitado a busca por parte dos alunos para se inserirem, já nos primeiros períodos do curso, em atividades de pesquisa e extensão, ainda que na condição de voluntários.

Passados estes momentos introdutórios e de aproximação aos fundamentos da profissão, começamos então a construir a atividade extensionista. Para isso, foram retomados os princípios que orientam a extensão, apresentando os tipos de atividades que podem ser realizadas, articuladas com as possibilidades do trabalho profissional. Interessante observar que nos dois semestres em que a experiência aconteceu, os alunos propuseram as mesmas atividades: levar aos estudantes do ensino médio, informações sobre as formas de acesso e as políticas de permanência das universidades públicas.

Em ambas as turmas o tema surgiu das experiências dos discentes no ensino médio, no processo de inscrição no ENEM, na realização da prova, na inscrição no SISU e na matrícula na universidade. Foram relatadas as dificuldades enfrentadas, o desconhecimento do que é a universidade e o que ela tem a oferecer. Neste sentido, consideravam de grande importância levar estas informações para os estudantes secundaristas, sobretudo de escolas públicas.

Cabe destacar, que na segunda turma, foi pontuado a importância de atingir também os alunos que fazem o ensino médio no turno da noite, os que estão se preparando para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e os que estão na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Definidas as atividades, teve início o planejamento seguindo a estrutura de um projeto de intervenção. Neste momento, intercalamos e articulamos as discussões do projeto ao Serviço Social, considerando os seguintes elementos:

- Reflexão acerca da história do Serviço Social; das demandas e das respostas profissionais; da formação profissional e da universidade pública (tripé ensino, pesquisa e extensão); das políticas de cotas e de apoio estudantil, que subsidiaram a construção da justificativa e do referencial teórico;
- Reflexão acerca do projeto ético-político e dos princípios éticos, para definir o público alvo, construir os objetivos e orientar a metodologia da ação de forma crítica e comprometida com os valores da profissão;
- Introdução ao debate da instrumentalidade do Serviço Social para o aprimoramento dos objetivos, construção da metodologia da ação, resultados esperados, definição das atividades e dos instrumentos;
- Reflexão sobre a importância da sistematização do trabalho profissional: planejamento, monitoramento e avaliação, para subsidiar a construção da avaliação da ação e a produção do relatório final.

Todas estas discussões foram realizadas em sala de aula, com o apoio dos textos que compõem a bibliografia básica e complementar da disciplina, bem como outros que foram incorporados de acordo com a necessidade do aprofundamento teórico-metodológico.

Também coube aos alunos definir as instituições de ensino onde ocorreriam as atividades, bem como foram eles responsáveis por fazer o contato com as escolas, agendar as datas das atividades e organizar a logística necessária, como o transporte e os materiais. Para isso se organizaram em grupos de trabalho, de acordo com o que foi proposto no projeto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A primeira turma (2023.2) propôs como atividade levar os alunos do terceiro ano de um curso de formação de professores de uma escola estadual, para a Universidade Federal Fluminense, campus Campos dos Goytacazes, onde os cursos e os programas que são oferecidos foram apresentados pelos próprios discentes de Serviço Social. A atividade aconteceu no turno da manhã, em que o ônibus da universidade fez o transporte. Para encerrar a atividade, foi realizada a avaliação com os participantes e, após, servido um lanche preparado pelos discentes.

A segunda turma (2024.1) propôs como atividade, ir até duas escolas, tendo sido escolhidas uma em que o ensino médio era ofertado no período diurno e outra em que era ofertado no período noturno, contemplando a EJA. Nas escolas, foi realizada uma dinâmica de sensibilização, seguida de uma roda de conversa discutindo os temas como: a importância das universidades, as formas de ingresso, o processo de inscrição, as bolsas de apoio estudantil, de ensino, de pesquisa e de extensão, e apresentada a Universidade Federal Fluminense.

Cabe destacar que as escolas escolhidas foram as que os discentes ou estudaram ou tinham alguma proximidade. Portanto, lugares de vivência, que nos permitiu conhecer a realidade do território escolar e compreender não só as suas particularidades, mas também aquilo que expressam de universal, ao serem analisadas em conjunto com as experiências do conjunto de estudantes ingressantes no curso.

Ao final, os alunos foram divididos em grupo para redigirem o projeto e produzirem o relatório, analisando a atividade a partir dos conteúdos abordados em sala de aula e dos indicadores de avaliação presentes no projeto.

Ambas as experiências foram muito bem avaliadas pelos discentes. Eles relataram a importância deste contato com a comunidade e de terem podido se aproximar de forma mais concreta, de uma das possibilidades do trabalho profissional. Ao mesmo tempo, as escolas parceiras valorizaram esta iniciativa, relatando uma boa aprovação por parte dos estudantes. Portanto, tem sido uma experiência muito rica no âmbito da formação profissional.

Porém, a operacionalização da disciplina mista se mostrou e, se mostra, desafiadora por vários motivos: o primeiro deles é que temos um semestre letivo composto por 15 semanas de aula, o que faz com que tenhamos pouco tempo para o aprofundamento das discussões teóricas e para o planejamento e execução das ações, de forma a garantir o protagonismo dos alunos. Outro desafio, se refere a composição da carga horária docente, pois a atividade extensionista exige um volume de trabalho que ultrapassa a carga horária da disciplina, representando mais um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sobretabalho docente. Um terceiro desafio está relacionado ao financiamento, pois as universidades não têm recebido recursos suficientes para arcar com as despesas destas ações que ganharam volume e intensidade. Com isso, os custos têm sido assumidos pelos discentes e docentes, seja para a produção de materiais a serem trabalhados e distribuídos para a comunidade, seja para ir até os locais onde as atividades são realizadas, como foi o caso da segunda experiência.

Outro desafio está relacionado ao perfil dos ingressantes, que são em sua maioria trabalhadores, que enfrentam em diferentes graus, dificuldades financeiras e de tempo. Além disso, a maioria são mulheres que, em muitos casos, são mães ou responsáveis por algum tipo de cuidado no ambiente familiar. Alguns residem em outros municípios e dependem do transporte das prefeituras, cujos horários são pré-definidos. Assim, muitos discentes não conseguem participar das atividades extensionistas, ainda que busquemos ficar atentas a estas realidades.

Contudo, destacamos que a curricularização da extensão tem nos provocado a pensar uma outra forma de construir o conhecimento e conduzir o processo de ensino-aprendizagem. Ao articular disciplina teórica e ação extensionista somos desafiados a estar constantemente abertas ao movimento da realidade na qual estamos (docentes e discentes) inseridas para que de fato, as ações estejam em consonância com os objetivos do componente curricular e com as demandas que nos são apresentadas. Isso nos exige criatividade e clareza dos objetivos e dos princípios ético-políticos que nos orientam enquanto categoria profissional.

3 CONCLUSÃO

A experiência da oferta de uma disciplina mista que visou articular o ensino e a extensão permitiu construir um movimento extremamente rico e potente, apesar de desafiador, pois nos levou a desenvolver uma metodologia cujo processo de aprendizagem acerca da profissão se daria “a partir do que as comunidades vivem, do que as pessoas já sabem, do que é significativo para elas, nas suas diferentes identidades” (Forproex, 2012) e de forma crítica e reflexiva.

Nesse sentido, foram as ações propostas que nos permitiram construir o conhecimento, em que a docente foi deixando de ser um “lecionador” para ser um “organizador da aprendizagem” (Dowbor, 1998 *apud* Gadotti, 2017).

Ao mesmo tempo, a extensão realizada por meio da disciplina proporcionou aos discentes viver as teorias, identificar e se aproximar das demandas da sociedade, buscando construir



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

respostas que pudessem contribuir para alteração de uma dada realidade, fortalecendo sua formação cidadã.

Por fim, a experiência também tem nos provocado a pensar alternativas para a superação de ações fragmentadas e pontuais, desenvolvidas por cada disciplina mista, a fim de possibilitar maior integralidade entre estas e as demais ações de pesquisa e extensão realizadas no âmbito do curso de Serviço Social da UFF-Campos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Documento preliminar acerca da curricularização da extensão. Maio de 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf . Acesso em 02/08/2024.

BRASIL. **Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 01/08/2024

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

IMPERATORE, Simone L. B.; PEDDE, Valdir. “**Curricularização**” da extensão universitária no **Brasil**: questões estruturais e conjunturais de uma política. In: XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria. Havana. 2015. Disponível em: https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em 01/08/2024.